

Sumário

Introdução	4
Seção 1 - Guarda de menores brasileiros	8
1. Disputa de guarda pelos pais em meio a separação/divórcio (brasileiros residentes no exterior e/ou casados com estrangeiros).....	8
1.1 Terminologia utilizada na legislação brasileira.....	8
1.1.1 Legislação, jurisprudência e práticas no Brasil	12
1.2.1 Mudança de domicílio e autorização de viagem de menor	16
1.3 Cumprimento no exterior de decisão do Judiciário brasileiro sobre guarda e visitação ...	19
1.4 Prevenção de disputas no Brasil: formas de evitar a judicialização da disputa pela guarda	21
1.5 Órgãos competentes no Brasil.....	22
1.6. Retirada da guarda ou do poder familiar do menor brasileiro no exterior pelas autoridades estrangeiras à revelia dos pais	23
1.6.1 Terminologia utilizada na legislação brasileira.....	23
1.6.2 Legislação, jurisprudência e práticas no Brasil para decisão judicial de extinção do poder familiar	25
Seção 2 - Subtração internacional de crianças	30
2.1 Terminologia utilizada na legislação brasileira.....	30
2.1.1 Motivos mais comuns da subtração internacional.....	31
2.1.2 Barreiras à subtração internacional de crianças: emissão de passaportes e controles de fronteira	33
2.1.3 Consequências jurídicas da subtração – Medidas de cooperação internacional.....	34
2.2 Subtração entre países-membros da Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças	36
2.2.1 Quem pode requerer restituição da criança: direito de guarda	37
2.2.2 Como funciona a cooperação entre os países membros da Convenção	38
2.2.3 Casos de subtração que não ensejarão o retorno da criança: exceções previstas	39
2.2.4 Procedimentos conforme o fluxo da subtração	43
2.3 Subtração envolvendo um país não-membro da Convenção da Haia (de um país membro para um não membro ou vice versa ou entre dois países não-membros)	53
2.4 Direito de Visitas à luz da Convenção	55
Seção 3 - Violência de gênero	58
Seção 4 – Endereços úteis	70

Introdução

Em situações de normalidade, cabe aos pais, independentemente de seu estado civil, exercerem conjuntamente o poder familiar em relação aos filhos, tomando as decisões referentes à sua criação conforme previsto em leis internas e convenções internacionais. Havendo divergências quanto aos rumos que devem ser dados à vida dessas crianças e adolescentes, abre-se espaço para a atuação de órgãos estatais, como Conselhos Tutelares e o Poder Judiciário.

As divergências entre os pais costumam ser decorrência de desentendimentos graves, situações de violência doméstica e separação. Os conflitos assumem, no entanto, consequências ainda maiores ao envolverem a disputa pela guarda de filhos menores e quando os genitores têm nacionalidades diferentes e/ou um deles ou ambos residem fora de seu país de nacionalidade.

O assunto afeta seriamente parcela significativa das comunidades brasileiras no exterior. Diferenças culturais, tensões originadas por fatores diversos e violência doméstica destroem muitos relacionamentos de imigrantes brasileiros, seja com outros brasileiros ou com estrangeiros. Consequências comuns da deterioração do ambiente doméstico são os efeitos deletérios sobre os menores e os litígios com relação à sua guarda. À luz da legislação mais intrusiva de vários países nessa matéria, é comum que genitores brasileiros se sintam extremamente

inseguros. Se casados com cidadãos estrangeiros, temem a possibilidade de que a guarda dos filhos seja atribuída de forma exclusiva ao genitor que é cidadão do país onde a questão está sendo arbitrada; mesmo em obtendo guarda compartilhada, é possível que a mudança de residência para o Brasil seja obstaculizada (significando que o genitor brasileiro terá de seguir residindo no exterior, muitas vezes precariamente, se quiser manter contato regular com o filho). Em casos mais graves, temem que o Estado estrangeiro tome a guarda da criança e venha até mesmo a colocá-la para adoção por outros casais (com direitos de visitas muito espaçadas que provavelmente resultarão na perda dos laços parentais e afetivos com o menor).

O temor se justifica, em muitos casos, em razão do escasso conhecimento das leis locais, da insuficiente fluência no idioma do país de residência, da inserção precária no mercado de trabalho local e de outros fatores. Desconhecimento da cultura local, por sua vez, pode gerar uma avaliação negativa do genitor brasileiro por parte das autoridades estrangeiras competentes. Muitas vezes, é o comportamento do genitor brasileiro, por exemplo, nos contatos com assistentes sociais e representantes de conselhos tutelares e em audiências judiciais (por vezes interpretado como combativo, desrespeitoso ou excessivamente emotivo), que determinam a decisão das autoridades estrangeiras de lhe negarem a guarda do menor.

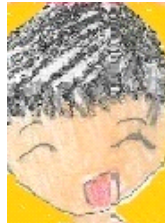
Alguns casos seguem rumo diverso ao da perda da guarda, porém igualmente grave: pessimistas quanto às

suas efetivas chances de obterem decisão judicial no exterior que lhes dê a guarda dos filhos, os genitores brasileiros decidem trazê-los de volta para o Brasil sem permissão ou mesmo conhecimento do outro genitor. Esse ato é visto por muitas brasileiras (normalmente mulheres atribuladas, em meio a relacionamentos conjugais conflituosos e violentos) como uma solução, um retorno ao porto seguro de seu país natal. Aparentemente inocente e preventiva, contudo, a decisão poderá ser caracterizada como subtração de menores, permitindo ao genitor que ficou para trás acionar os mecanismos de cooperação internacionais existentes e, em muitos casos, obter da Justiça brasileira a devolução da criança para o exterior.

Ciente desse problema, que atinge muitos brasileiros envolvidos em relações conjugais com estrangeiros e/ou desenvolvidas fora do Brasil, a área consular do Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com sua rede consular, produziu a presente cartilha de orientações gerais. O texto, redigido em parceria com os demais órgãos brasileiros competentes (Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas para Mulheres, Defensoria Pública da União e Advocacia Geral da União), estará subsidiado, no sítio eletrônico de cada posto consular localizado em país onde já existem comunidades brasileiras residentes consolidadas, por informações específicas sobre a legislação e as práticas vigentes na respectiva jurisdição. Desse modo, estarão complementadas as informações sobre a norma internacional, a legislação brasileira e a dos países onde residem comunidades brasileiras, com esclarecimento sobre a aplicação de cada uma. À luz da extrema

interdependência entre si, a cartilha abrange os temas da disputa de guarda (Seção 1) e subtração de menores (Seção 2) e da violência doméstica (Seção 3).

Esta cartilha, redigida de forma mais completa e pormenorizada, destina-se à capacitação de agentes multiplicadores – funcionários consulares, advogados e psicólogos, membros dos conselhos de cidadãos/cidadania e outras lideranças brasileiras envolvidas no apoio aos conacionais no exterior.



Seção 1 - Guarda de menores brasileiros

1. Disputa de guarda pelos pais em meio a separação/divórcio (brasileiros residentes no exterior e/ou casados com estrangeiros)

1.1 Terminologia utilizada na legislação brasileira

* **Poder familiar** (chamado, anteriormente, de pátrio poder): inclui a relação de dever (sustento, cuidados com a saúde, educação e outras necessidades) e poder que os pais têm sobre os filhos menores de 18 anos não emancipados. Ressalte-se que os pais são responsáveis pelo sustento dos filhos até completarem a maioridade civil (18 anos, segundo o Código Civil de 2002) ou, se for o caso, até que concluem o ensino superior.

Artigo 1634 do Código Civil: Compete aos pais, no exercício do pátrio poder:

I – dirigir-lhes a criação e educação;

II – tê-los em sua companhia e guarda;

III – conceder-lhe, ou negar-lhes consentimento para casarem;

IV – nomear-lhes tutor, por testamento ou documento autenticado, se o outro dos pais lhe não sobreviver, ou sobrevivo não puder exercitar o pátrio poder.

V – representa-los, até 16 anos, nos atos da vida civil, e assisti-los após essa idade, nos atos em que em que forem partes, suprindo o consentimento.

VI – reclamá-los de quem ilegalmente os detenham.

O poder familiar consiste, portanto, em um conjunto de direitos e obrigações quanto à pessoa e bens do filho menor, exercido, em igualdade de condições, por ambos os pais (independentemente de terem ou não a guarda), para que possam desempenhar os encargos que a norma jurídica lhes impõe, tendo em vista o interesse e a proteção do filho.

A igualdade completa no tocante à titularidade e exercício do poder familiar pelos cônjuges só se concretizou com advento da Constituição Federal de 1988, cujo artigo 226, § 5º dispôs: os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. Em harmonia com o aludido mandamento estabeleceu o Estatuto da Criança e Adolescente:

Art. 21 O pátrio poder deve ser exercido, em igualdade de condições, pelo qual pai e pela mãe, na forma que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de em caso de discordância recorrer à autoridade judicial competente para solução da divergência.

Artigo 1630 do Código Civil: “Os filhos estão sujeitos ao poder familiar enquanto menores”. O dispositivo abrange a todos os filhos, reconhecidos ou adotivos, menores, ou seja, os que não atingirem dezoito anos ou não forem emancipados.

O poder familiar pode ser suspenso temporariamente ou perdido definitivamente em decorrência de decisão judicial, caso um genitor (ou ambos) seja julgado incapaz de assumir as responsabilidades pertinentes. O poder familiar não é, portanto, absoluto, sendo seu exercício fiscalizado pelo Estado. Caso ambos os genitores da criança ou adolescente percam o poder familiar, será necessária a nomeação de um curador especial.

Segundo o Código Civil, a separação ou divórcio dos pais, a contração de novas núpcias ou o estabelecimento de união estável posterior não modificam em nada a situação do poder familiar dos dois genitores. Nesse caso, deverá apenas ser decidida a guarda, a qual será atribuída àquele que oferecer melhores condições de desenvolvimento ao menor; em caso de divergência entre os pais, deverá qualquer deles recorrer ao juiz para solucionar o desacordo.

* **Guarda:** consiste no direito de posse de menor. É considerada como um dos atributos do poder familiar, concernente à convivência, proteção e satisfação das necessidades de desenvolvimento do menor. Trata-se, na prática, de uma guarda "física", embora não se utilize no Brasil essa expressão ("guarda física"). Pelo Código Civil brasileiro de 2002, a guarda pode ser unilateral ou compartilhada:

- **guarda unilateral** (de caráter exclusivo, embora não se utilize no Brasil a expressão "guarda exclusiva"): é atribuída a apenas uma pessoa (um dos genitores ou

terceiro); o genitor sem a guarda costuma manter, contudo, o poder familiar sobre o menor.

- **guarda compartilhada:** é atribuída simultaneamente a ambos os genitores. Pode ser compreendida como uma guarda parcial, embora não se utilize no Brasil o termo "guarda parcial".

* **Guarda provisória (ou cautelar):** é concedida pela autoridade judiciária em caráter provisório, geralmente até que seja proferida uma decisão definitiva. É possível a concessão de guarda provisória para afastar o menor de ambiente de violência doméstica.

* **Tutela legal:** quando não resta ao menor nenhum genitor responsável legal, o Estado pode nomear um "tutor" (geralmente parentes ou padrinhos) até que ocorra a adoção ou até o menor atingir a maioridade. A tutela ocorre na hipótese de falecimento dos genitores, ausência, ou de destituição, de ambos, do poder familiar.

* **Custódia:** a legislação brasileira não utiliza a expressão "custódia" para se referir às crianças e adolescentes, mas guarda. Em linguagem corrente, é utilizada como equivalente à guarda provisória dada pelo próprio responsável legal a um terceiro, normalmente por fatores como doença, viagem e outros.

* **Abrigamento institucional:** trata-se do termo utilizado para a "guarda" de um menor pelo Estado.

Terminologia utilizada na legislação do URUGUAI:

Patria Potestad - corresponde a poder parental (substituiu o temo pátrio poder) ou poder familiar;

* **Tenencia, Guarda e Custodia** - são sinônimos em espanhol e correspondem em português a guarda;

* **Tenencia compartida** - corresponde a guarda compartilhada;

* **Tenencia exclusiva** - corresponde a guarda exclusiva/unilateral;

* **Tutela** - emprega-se da mesma forma que em português.

1.1.1 Legislação, jurisprudência¹ e práticas no Brasil

* **Formas de decisão sobre a guarda e base legal:** No Brasil, a guarda de menores pode ser decidida por acordo ou decisão judicial. A mediação para acordo só é recomendável caso não haja histórico de violência doméstica. Em se tratando de decisão judicial, a praxe é utilizar-se a jurisprudência criada no Brasil, com base em alguns itens da seção sobre Direito de Família do Código Civil de 2002.

* **Objetivo final das decisões judiciais envolvendo menores:** Como regra geral, toda ação movida na Justiça brasileira referente à guarda, visita e pensão alimentícia,

¹ Jurisprudência é um conjunto das decisões sobre interpretações das leis feitas pelos tribunais de cada país. Com base na experiência dos juízes, as decisões dos tribunais passam a servir em casos seguintes.

decorrente de separação de casais, visa a atender ao melhor interesse dos menores envolvidos.

* **Praxe judicial brasileira referente à guarda de menores:** a legislação brasileira estabelece que, não havendo consenso entre os genitores, estando ambos aptos a exercerem a guarda, esta será compartilhada. Todavia, tendo em vista atender ao melhor interesse das crianças ou adolescentes envolvidos, é comum que a Justiça brasileira atribua a guarda a apenas um dos genitores, tendo-se como premissa que, no caso das crianças, o melhor interesse é o de ficar sob a guarda da mãe, exceto se tal solução apresente dificuldades específicas. Os motivos para não se conceder a guarda à mãe se devem, normalmente, ao uso de drogas, doença mental, desequilíbrio emocional afetando a educação do menor, atos de violência, negligência e situação familiar emocionalmente instável. Já no caso de adolescentes, a decisão judicial sobre sua guarda costuma levar em conta a vontade manifestada por aqueles menores.

* **Guarda materna:** A regra e a prática da Justiça brasileira é a guarda materna. Todavia deve ser ressaltado que a legislação estabelece como regra formal a guarda compartilhada (art. 1584, § 2º, do CC). A Justiça brasileira não costuma conceder guarda compartilhada a casais que se separam de forma conflituosa e/ou em ambiente de violência doméstica; entende-se que a guarda compartilhada, em tais casos, pode trazer tensão e instabilidade ao cenário familiar do menor. A regra e a prática geral da Justiça brasileira são, portanto, de atribuir a guarda à mãe e direitos de visita ao pai (exceto se este

tenha histórico de perpetrar atos de violência doméstica e violação de direitos). Em caso de o filho não ser reconhecido pelo pai juridicamente (estando ausente seu nome, portanto, na certidão de nascimento), a mãe exerce o poder familiar exclusivo.

*** Direitos de visitação e de manutenção de contato:** a praxe da Justiça brasileira (sujeita a negociações entre os pais) é de garantir o direito do pai à visitação em finais de semana alternados, em férias escolares alternadas, Natal ou Réveillon. Busca-se, com isso, maximizar as relações e contatos do menor com ambos os genitores, no entendimento de que qualquer restrição aos contatos do menor com o genitor sem a guarda seria abusiva e que o convívio com ambos os genitores é importante para o equilíbrio emocional do menor (art. 1.634, § 5 do Código Civil). A exceção a essa prática ocorre se um dos genitores apresentar comportamento considerado, pelas autoridades judiciais, inadequado e pernicioso para o menor, a exemplo do cometimento de violência física. Também é frequente o estabelecimento de visitação livre, quando o casal parental tem bom relacionamento e quando os filhos são adolescentes.

*** Pensão alimentícia:** A praxe é que o cônjuge sem a guarda (normalmente o pai) tenha de contribuir para o sustento do menor. Os valores dessa contribuição são estipulados pelo juiz, de acordo com as necessidades específicas do menor e da capacidade econômica do pai. Todavia, a guarda compartilhada não exclui a possibilidade de a fixação de alimentos a ser custeado pelo genitor com melhores condições financeiras.

* **Atribuição de guarda a terceiros (que não os genitores):** ocorre no Brasil apenas em casos excepcionais (uso de drogas, transtornos psiquiátricos, histórico de violência doméstica e problemas afins, ou ainda quando os pais não têm condições para cuidar do filho). Mesmo nesses casos, os genitores costumam manter o poder familiar e o direito de visitação.

Legislação e práticas no URUGUAI:

- * Constituição da República Oriental do Uruguai: art. 41
- * Convenção Universal dos Direitos das Crianças: Lei nº 16.137 de 28/09/1990.
- * Código Civil: Livro I, Título VIII, Capítulos I, II e III, arts. 252 ao 301
- * Código de la Niñez y de la Adolescencia: Título II, arts. 34, 35, 36, 37
- * Lei 15.210, de 3/11/1981, com normas disciplinadoras sobre o regime de integração do menor a um núcleo familiar adequado
- * Código do Processo Civil: arts. 346, 347, 349 e 350

Os principais problemas na prática uruguaia não dizem respeito ao processo judicial de guarda em si, mas sim à eventual decisão do(a) genitor(a) uruguaio(a) de não autorizar a residência do(s) filho(s) menores no Brasil depois da ruptura conjugal. Nesses casos as mulheres brasileiras ficam reféns de uma situação conflitiva, pois

não desejam retornar ao Brasil sem os menores e acabam permanecendo no Uruguai até pelo menos os filhos atingirem a maioridade. Sem documentação uruguaia regular e, muitas vezes, sem emprego fixo, a situação dessas brasileiras (e estrangeiras, de modo geral) no Uruguai agrava-se, dificultando-lhes solicitar a guarda dos filhos menores.

Quaisquer procedimentos legais para que familiares brasileiros do menor disputado (que não sejam seus genitores) possam entrar com pedido de guarda no Uruguai dependem da orientação, contratação e assistência de profissional habilitado pela Justiça local.

1.2.1 Mudança de domicílio e autorização de viagem de menor

Para que ocorra a mudança da residência permanente da criança ou adolescente para outra cidade é necessária prévia autorização de ambos os genitores. Na prática, essa regra pode ser relativizada em situações de emergência, como, por exemplo, contexto de violência doméstica experimentada pela genitora da criança ou adolescente.

Quando um dos genitores residir em outro Município brasileiro, ou no exterior, há regras específicas para o exercício do direito de visitas:

- **dentro do Brasil:** ao se regulamentarem os direitos do genitor sem a guarda no "acordo de regulamentação de visitas", estipula-se o cronograma respectivo das visitas,

prevendo viagens interestaduais (não obstante tal previsão, é possível que esta seja um ponto de conflito entre os genitores).

- **para o exterior:** adota-se o mesmo procedimento acima. Não há regras legais sobre quem tem atribuição de arcar com o ônus da viagem ao exterior, podendo ser ou o genitor com melhores condições financeiras, ou o genitor sem a guarda e que deseja realizar a visita. Acrescenta-se, contudo, fator complicador referente à necessidade de se obter a autorização do Judiciário do novo país de residência do menor. Além disso, a emissão do passaporte para o menor precisará da autorização de ambos os genitores, substituível apenas por ordem judicial.

* **Regras relativas à autorização de viagem:** (i) Em viagem dentro do território brasileiro, é dispensada a autorização de ambos os genitores se a criança (menor de 12 anos de idade) estiver acompanhada de um dos ascendentes (genitores ou avós) ou colateral maior (tios), até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco. Também é dispensada autorização judicial se a criança estiver acompanhada de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável. Não se exigem tais requisitos para o adolescente (menor entre 12 e 18 anos). É o que estabelece o art. 83 do ECA. (ii) Para viagem ao exterior das crianças e adolescentes é exigida autorização de ambos os genitores ou autorização judicial (art. 84 do ECA).

Legislação e prática sobre mudança de domicílio em caso de guarda unilateral, concessão de passaportes e assistência jurídica no URUGUAI:

Quaisquer procedimentos legais para mudança de domicílio do menor dependem da orientação, contratação e assistência de profissional habilitado pela Justiça local. No tocante ao requerimento de passaportes e autorização de viagem internacional, é necessária a autorização de ambos os genitores, salvo nos casos de perda/ inibição do poder parental ou sendo resultado de resolução judicial.

São oferecidos pelas autoridades locais assessoramento e assistência jurídica, integral e gratuita, bem como serviços de tradução em audiências conduzidas por peritos do Poder Judiciário. Estes serviços são garantidos por meio: **a)** da Defensoria Pública; **b)** do Consultório Jurídico da Faculdade de Direito (Universidade da República); **c)** de Consultórios Jurídicos Descentralizados, com forte atuação nos bairros periféricos de Montevideu, pertencentes ao Centro de Estudantes de Direito (CED), patrocinados pela Igreja Católica e por diferentes ONG's; **d)** da Comuna Mujer, serviço descentralizado com foco multidisciplinar, pertencente à Prefeitura Municipal de Montevideu, contando com locais de fácil acesso em diversos bairros e comunidades da capital; **e)** do "INMUJERES", Instituto Nacional das Mulheres pertencente ao MIDES – Ministério de Desenvolvimento Social.

Para fazer jus aos serviços de tradução e assistência jurídica não basta a declaração de hipossuficiência econômica. É necessário solicitar benefício denominado

“Auxiliatoria de Pobreza” (auxílio-pobreza), cuja concessão depende de procedimento de apuração e análise por parte das autoridades, para posterior deferimento.

1.3 Cumprimento no exterior de decisão do Judiciário brasileiro sobre guarda e visitação

Como regra, para que uma decisão (sentença) judicial brasileira tenha valor em outro país, ela deve ser homologada pela Justiça local. O mesmo ocorre com uma sentença estrangeira no Brasil.[2] Isso significa que um pai ou uma mãe brasileiros que pretendam mudar-se para outro país levando o filho menor – sobre o qual possua guarda unilateral – poderá obter maior garantia jurídica sobre o menor homologando naquele país a sentença judicial brasileira que estipula a guarda e demais condições. Cumpre ressaltar que, uma vez ingressado o menor em outro país, na condição de residente, os órgãos tutelares estrangeiros responsáveis passam a ter jurisdição sobre aquele menor, independentemente de o genitor possuir a guarda. Recorde-se que é possível que a guarda sobre uma criança ou adolescente que tenha dupla nacionalidade seja revista a qualquer momento, caso as autoridades locais julguem que o genitor está cometendo alguma violação de seus direitos segundo a lei daquele país.

De modo a garantir-se o cumprimento das decisões judiciais obtidas, é importante atentar-se para medidas acautelatórias:

(i) processo judicial realizado no Brasil: importância da homologação da sentença de divórcio (e guarda de menor) no país de residência, de modo a permitir garantias em caso de desrespeito de uma das partes aos termos estabelecidos;

(ii) processo judicial realizado no exterior: importância de fazer constar da sentença estrangeira o consentimento do ex-cônjuge autorizando a homologação da sentença no Brasil.

Para homologar a sentença judicial brasileira no exterior, o genitor brasileiro deverá averiguar quais são os procedimentos específicos para a homologação naquele país, uma vez que os procedimentos não são idênticos em todos os países, sendo necessária, muitas vezes, a contratação de advogado, tradutor e cobertura de outros custos.

Procedimentos a serem adotados no URUGUAI para cumprimento de decisão do Judiciário brasileiro:

Para ter valor no Uruguai é necessário que a sentença outorgada no Brasil seja legalizada em repartição consular uruguaia com jurisdição sobre o local de residência do menor, depois certificada pelo Ministério das Relações Exteriores (em Montevidéu), traduzida por tradutor juramentado e protocolizada por notário local (escribano público).

1.4 Prevenção de disputas no Brasil: formas de evitar a judicialização da disputa pela guarda

A legislação brasileira (Lei 13.140/2015, conhecida como Nova Lei da Mediação) permite a mediação de conflitos para causas cíveis, incluindo direito de família (mas não para causas criminais).[3] Tratam-se de meios alternativos e não-adversariais de soluções de conflitos. A mediação consiste em atividade técnica exercida por pessoa imparcial, sem poder de decisão, que auxilia as partes envolvidas a encontrarem soluções consensuais. A mediação ajuda na construção de um acordo entre as partes, sendo mais abrangente do que a conciliação, que busca fomentar um acordo. A ideia subjacente é de que a solução construída em conjunto pelas partes envolvidas é melhor do que uma solução imposta pelo Judiciário. O novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), que entrará em vigor em março de 2016 (art. 1.045), estabelece a obrigatoriedade de fase de mediação e conciliação nas ações de família (arts. 693 a 699).

A mediação pode ser judicial (quando as partes passam pela mediação como uma das etapas do processo judiciário), extrajudicial (quando as partes resolvem o conflito sem recorrer à Justiça, optando por serviços privados especializados em mediação) ou pública (quando uma das partes envolvidas no conflito é pessoa jurídica de direito público). Pode ser acionada a partir de petição inicial feita a um juiz, o qual, uma vez aceito o pedido, transfere o caso para a mediação. A mediação pode ficar a cargo de órgãos de apoio dentro do Judiciário ou órgãos parceiros, como faculdades de direito.

1.5 Órgãos competentes no Brasil

* **Juiz estadual da Vara de Família** - decisões referentes a guarda, direitos de visitação e alimentos.

* **Juiz estadual da Vara de Infância e Juventude** - decisões em casos de violações de direitos, incluindo violência.

* **Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher** - decisões de medidas protetivas de urgência em favor da mulher, que podem eventualmente alcançar também a fixação de guarda provisória, alimentos e proibição de aproximação e contato com os filhos.

* **Conselho Tutelar** - decisões sobre abrigo provisório e custódia provisória. Trata-se de órgão estadual, vinculado à secretaria de direitos humanos ou órgão estadual afim, com membros escolhidos por eleição. Possui a atribuição de acompanhar a situação de crianças e adolescentes.

* **Ministério Público** – intervém em todos os processos judiciais que envolvem menores de idade (crianças e adolescentes); fiscaliza os direitos dos menores. O MP federal cuida de causas federais (como a Convenção da Haia sobre Abdução de Menores) e os estaduais cuidam das demais causas. Pode ser acionado por qualquer pessoa, inclusive mediante denúncia ou ligação para a Central de Atendimento Disque-100.

* **Defensoria Pública da União** – assistência ao cidadão, incluindo orientação e representação jurídica.

* **Superior Tribunal de Justiça** – é competente para processar e julgar, originariamente: a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur (ordem de execução) às cartas rogatórias;" (art. 105 da Constituição Federal de 1988 e Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Obs: A Justiça Civil decide conflitos relacionados a bens (móveis e imóveis, transações comerciais e indenizações), além de questões de família (casamento, divórcio, guarda e adoção de filhos e herança, entre outros).

Disponibilidade e procedimentos para acesso aos meios judiciais e complementares para solução de controvérsias em caso de disputa de guarda de menores no URUGUAI:

Quaisquer procedimentos legais e extrajudiciais para a análise e solução de controvérsias em relação à guarda de menores dependem da orientação, contratação e assistência de profissional habilitado pela Justiça local.

1.6. Retirada da guarda ou do poder familiar do menor brasileiro no exterior pelas autoridades estrangeiras à revelia dos pais

1.6.1 Terminologia utilizada na legislação brasileira

* **Decisão de alteração de guarda:** é o termo utilizado para casos de perda (retirada) de guarda.

* **Suspensão do poder familiar:** é o impedimento temporário ao exercício de alguns ou todos os seus atributos. Pode referir-se unicamente a determinado filho.

Artigo 1637 do Código Civil: Se um dos genitores abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou Ministério Público adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha. Também será suspenso se condenados os pais por sentença irrecorrível em virtude de crime, desde que a pena não exceda a dois anos de prisão. A suspensão é temporária: uma vez cessado o motivo que a originou, voltarão os pais a exercer o poder familiar. Não existe um limite de tempo fixado em lei para a suspensão, devendo ser levado em consideração os interesses do menor.

* **Perda do poder familiar:** é a perda definitiva do poder familiar de um dos genitores sobre os filhos. Ocorre nas hipóteses do art. 1638 do Código Civil:

Artigo 1638 do Código Civil: Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:

I - castigar imoderadamente o filho;

II - deixar o filho em abandono;

III - Praticar atos contrários à moral e os bons costumes;

IV - Incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo.

* **Extinção do poder familiar:** O poder familiar se extingue de acordo com art 1635 do Código Civil de 2002, pela morte dos pais ou do filho, pela emancipação, pela maioridade e pela adoção ou por decisão judicial. A perda da guarda não implica necessariamente a extinção do poder familiar.

Terminologia utilizada na legislação do URUGUAI

* Suspensão do poder familiar: **Suspensión de la Patria Potestad**

* Perda do poder familiar: **Pérdida de la Patria Potestad**

* Extinção do poder familiar: **Extinción de la Patria Potestad**

* Perda de guarda: **Pérdida de la Tenencia**

* Retirada da guarda: **Retirada de Tenencia o Custodia**

* Tutela do Estado: **Tutela del Estado**

1.6.2 Legislação, jurisprudência e práticas no Brasil para decisão judicial de extinção do poder familiar

Apenas em casos extremos costumam as autoridades brasileiras destituir o poder familiar de ambos os genitores. Hesita-se em retirar o menor de seu ambiente familiar, com o conseqüente envio para abrigo e colocação para eventual adoção.

Mesmo sem a perda do poder familiar, é possível a alteração da guarda. Se os pais se encontram separados, há menor dificuldade em se alterar a guarda, passando-a de um genitor para outro.

Legislação e prática sobre processo de extinção do poder familiar e perda de guarda de menor no URUGUAI:

Segundo o art. 68 da Lei 17.823 (Código de la Niñez y la Adolescência), o INAU (Instituto Nacional del Niño y del Adolescente del Uruguay) é o órgão administrativo responsável pelas políticas sociais orientadas à proteção da família, da infância e da adolescência. As atribuições específicas do INAU estão relacionadas a seguir:

- * Implementar políticas, por meio de planos, programas e projetos em diferentes modalidades de atendimento, seja com recursos institucionais seja mediante ações coordenadas com outras instituições públicas, privadas e com a sociedade civil;
- * Resguardar que todas as crianças e adolescentes tenham igualdade de oportunidades de acesso aos recursos sociais, de forma a poderem desenvolver suas potencialidades, para adquirir personalidades autônomas, que lhes permitam integrar-se socialmente de forma ativa e responsável;
- * Cooperar com os pais, tutores e educadores na formação e desenvolvimento das crianças e adolescentes;

- * Promover estratégias socioeducativas, com o objetivo de fortalecer e apoiar o grupo familiar em todos os aspectos, a fim de manter sua unidade e integridade. A separação da criança ou adolescente do seu grupo de origem é considerada a última alternativa de resposta às diferentes situações, respeitado o interesse do menor;
- * Atendimento e proteção às crianças e aos adolescentes cujos direitos encontram-se ameaçados ou lesados;
- * Regulamentar e controlar as condições de trabalho dos adolescentes;
- * Regulamentar e controlar as medidas e regras em vigor relacionadas a espetáculos públicos, venda e consumo de produtos e uso da Internet;
- * Atendimento às crianças e aos adolescentes autores de crime ou contravenção, por meio de medidas socioeducativas e de proteção determinadas pela justiça, com vistas à reabilitação dos menores;
- * Fiscalizar periodicamente as instituições frequentadas por crianças e adolescentes, tanto governamentais quanto aquelas de natureza privada. O INAU poderá formular observações e iniciar procedimentos destinados à apuração de irregularidades junto às autoridades competentes.

Os principais fatores motivadores da perda da guarda no URUGUAI são maus tratos, punições físicas, abuso, abandono, descumprimento sistemático do regime de visitas e incapacidade psicológica dos responsáveis para cuidar do menor.

Não há registro no Consulado em Montevideu de muitas ocorrências nesse particular. Houve no passado um caso de perda provisória de guarda, relacionado com indigência e maus tratos, situação em que a mãe brasileira e o pai uruguaio perderam a guarda provisoriamente, enquanto o Consulado providenciava a repatriação da mãe e dos três filhos menores.

Os interessados que procuram o Consulado com problemas dessa natureza são, em geral, recebidos por diplomata e funcionários locais responsáveis pelo Setor de Assistência a Brasileiros (SAB), em sala privada, a fim de descrever os fatos geradores da consulta. A maioria chega em busca de orientação, sobretudo mulheres. A primeira preocupação do Consulado é sempre a regularização dos documentos pessoais e da condição imigratória; a segunda é evitar que resoluções e ações extremas, determinadas por condições domésticas difíceis, possam levar as vítimas a situações de grave irregularidade perante a legislação uruguaia (como sequestro de menores e fuga com eles para o Brasil sem autorização, por exemplo).

A partir desse primeiro contato, assessoradas pelo Consulado, os interessados são orientados a recorrer aos órgãos uruguaios competentes, na capital ou sedes departamentais, de acordo com a dimensão e a extensão do problema apresentado (lesões físicas, hipossuficiência econômica, menores envolvidos), a fim de receberem apoio institucional.

Quaisquer procedimentos que envolvam audiências de conciliação, avaliação por assistentes sociais e outros profissionais, decisões judiciais (de caráter temporário ou permanente), validade de sentenças, possibilidades de restituição do menor aos genitores e adoção definitiva por outra família, além de garantias ao direito de visitas a menores em caso de perda do poder familiar dependem da orientação, contratação e assistência de profissional habilitado pela Justiça local.

Pergunta frequente

O consulado ou governo brasileiro pode interferir na aplicação da lei de país estrangeiro? Não, de forma alguma. As normas consulares exigem que seja respeitado o ordenamento jurídico dos outros países.



Seção 2 - Subtração internacional de crianças

2.1 Terminologia utilizada na legislação brasileira

* **Subtração** (também referida como sequestro) internacional de crianças é o ato cometido por um genitor (pai ou mãe) de transferir ilicitamente um filho menor de idade de seu país de residência habitual para outro país, sem o consentimento do outro genitor. Também é considerado subtração o ato de um genitor de reter o filho menor em um país que não seja seu país de residência habitual sem o consentimento do outro genitor (por exemplo, após um período de férias, mesmo que o outro genitor tenha autorizado a viagem).

* **Genitor subtrator** é aquele que leva a criança de seu país de residência habitual para outro país (ou o mantém retido em outro país) sem autorização do outro genitor, denominado **genitor abandonado**.

* **Criança**, para fins de aplicação da Convenção, é a pessoa com até 16 anos de idade completos.

* **Residência Habitual**, conforme estipulada na Convenção da Haia, é o país/estado onde a criança reside, com intenção de lá permanecer. De modo geral, o país de residência habitual é aquele de onde a criança foi retirada e para o qual deverá ser restituída. No caso de crianças, em especial as mais jovens, o mais comum é considerar como seu local de residência habitual o mesmo dos seus

genitores. O requisito temporal pode variar, não existindo um “prazo mínimo” para sua configuração. A Convenção se funda na premissa de que é no local de “residência habitual” que a criança possui seus vínculos mais robustos e importantes, não somente com seus genitores, mas com o ambiente escolar, linguístico, social, família estendida e outros.

Perguntas Frequentes

Tenho a guarda do meu filho. Posso alterar o país de sua residência sem autorização do outro genitor? Em geral, a legislação dos países não permite que um dos pais tome sozinho essa decisão, mesmo que ambos tenham a guarda compartilhada ou que um deles tenha a guarda exclusiva. Se ambos os genitores exercem o poder parental, então os dois deverão decidir sobre o lugar de residência habitual, exceto se o Poder Judiciário competente (o da residência habitual) determinar que quem detém a guarda possa tomar essa decisão unilateralmente.

Eu tenho autorização de viagem válida por dois anos, posso mudar com o meu filho para o Brasil? Não. A autorização de viagem permite apenas o trânsito temporário, mas não dá à pessoa que está autorizada a viajar com a criança poderes para mudança da residência da criança.

2.1.1 Motivos mais comuns da subtração internacional

De modo geral, o genitor que decide retirar seu filho do país de residência habitual sem a autorização do outro genitor toma essa atitude em decorrência de uma crise ou

ruptura no relacionamento conjugal, muitas vezes acompanhada por abusos e maus tratos, físicos e/ou psicológicos, sofridos por ele próprio e/ou pela criança. Isso geralmente ocorre com casais de nacionalidades diferentes, que residem no país de origem de um deles ou em um terceiro país. Nada impede, contudo, que ocorra com casal de brasileiros, residentes no Brasil ou no exterior.

O genitor que planeja retirar a criança do país de residência habitual é quase sempre aquele que não nasceu naquele país, que lá não possui raízes, família, círculo social sólido e nem emprego estável ou satisfatório, não goza de autonomia financeira que permita o auto-sustento, não domina inteiramente o idioma do país, desconhece a legislação local e seus próprios direitos. Em meio à crise familiar, deseja abandonar aquele país onde, mesmo no caso de possuir status migratório regular ou de ser naturalizado, sente-se ainda um estrangeiro, com as vulnerabilidades inerentes àquela condição.

No contexto acima descrito, aquele genitor estrangeiro crê que lhe será desfavorável a decisão da justiça local em caso de disputa da guarda do filho. Acredita (com ou sem razão) que perderá a guarda ou receberá uma guarda compartilhada que não lhe permitirá retornar ao seu país de origem com a criança e lá refazer sua vida. Passa a acreditar, portanto, que a única solução para seu caso é mudar-se com a criança para outro país (normalmente seu país de origem), com ou sem a autorização do outro genitor. Essa solução configurará, contudo, subtração internacional de menor e esse genitor se tornará um

genitor subtrator, expondo-se às consequências jurídicas de seu ato que, nos termos da Convenção, incluem o retorno da criança.

2.1.2 Barreiras à subtração internacional de crianças: emissão de passaportes e controles de fronteira

Muitos países possuem legislação determinando a exigência de autorização de ambos os pais para emissão de passaporte e para viagem de crianças e adolescentes. O Brasil está nesse grupo, estipulando o Decreto 5.978/96, art. 27, I, que o pai e a mãe da criança (ou, alternativamente, o juiz competente) precisam autorizar a emissão do passaporte. Em consequência, nem os postos da Polícia Federal no Brasil e nem os postos consulares no exterior estão autorizados a abrir exceções àquela regra, cuja violação poderia, em muitos casos, ser interpretada como medida de facilitação da subtração.

A lei brasileira exige autorização dos dois genitores ou autorização judicial para a saída de crianças e adolescentes até 18 anos do território nacional, sendo a fiscalização realizada nos postos de fronteira pela Polícia Federal. Cumpre reconhecer, contudo, que essa prática não impede totalmente a subtração de crianças do Brasil para o exterior, havendo registro de saídas pela fronteira seca com os países vizinhos. Entretanto, a situação mais corriqueira é a da retenção ilícita, quando a criança sai do Brasil autorizada pelo outro genitor para passar um curto período no exterior, mas não retorna.

Nem todos os países adotam igual rigor ao emitirem passaportes para crianças de sua nacionalidade e tampouco efetuam controle de saída de crianças (sobretudo estrangeiros) por seus postos de fronteira. Crianças brasileiras com dupla nacionalidade podem inclusive, em determinados casos, obter o seu passaporte estrangeiro com a autorização de um único genitor.

Perguntas frequentes

Eu posso receber apoio do Consulado/Governo brasileiro para conseguir autorização do outro genitor para emissão de passaporte e autorização de viagem?

A autorização para emissão do documento de viagem deve acontecer na via privada (mediante entendimentos entre os dois genitores) ou suprida por decisão judicial. Os postos consulares podem prestar orientações, mas não poderão interferir nesse processo.

O Consulado/Governo brasileiro pode pagar taxa para um pedido de autorização do tribunal estrangeiro que permita a emissão de passaporte brasileiro ou permissão de viagem sem a autorização paterna? Os postos consulares brasileiros não têm previsão orçamentária de prestação de tal apoio.

2.1.3 Consequências jurídicas da subtração – Medidas de cooperação internacional

Até os anos 1980, atos de retenção/subtração parental internacional de crianças permaneciam frequentemente impunes. Inexistiam mecanismos ágeis para que o genitor abandonado acionasse o governo de outro país com vistas à restituição da criança subtraída. O tempo agia em favor

dos subtratores, uma vez que antes de o processo chegar à conclusão, os filhos menores atingiam a maioridade e o pedido de restituição perdia a validade.

Preocupados com esse quadro, diversos países se dispuseram a estabelecer, no âmbito multilateral, regras e canais para encaminhamento dos pedidos de restituição de crianças. Foi assim que, em 1980, foi adotada a **Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças**, a qual se tornou o marco de regras de Direito Internacional Privado para a cooperação entre seus países membros (vide item 2a). Com a entrada em vigor da Convenção em 1983, a retirada das crianças dos países de residência habitual sem autorização do co-detentor do direito de guarda passou a ser considerada um ilícito internacional, exigindo reparação pelos Estados partes. O Brasil é membro da Convenção da Haia.²

São diferentes os procedimentos adotados em casos de subtração de crianças, conforme ocorra entre países membros da Convenção da Haia ou não. Mesmo entre países membros, haverá diferenças nas respectivas legislações locais. No caso de crianças brasileiras, o encaminhamento dos casos será diferenciado, portanto, conforme a subtração ocorra entre dois países-membros³ (item 2a abaixo, incluindo do Brasil para outro país membro ou vice-versa ou entre dois outros países membros) ou não (item 2b, incluindo do Brasil para país

² O Brasil a ratificou em 1999 e a promulgou em 2000.

³ O número de membros é de 93 (dados atualizados em outubro de 2015) e sua lista está disponível no website da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (www.hcch.net).

não-membro ou vice-versa ou entre dois países não-membros).

2.2 Subtração entre países-membros da Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças

Quando a subtração ocorre entre dois países membros da Convenção, são seguidos em ambos os territórios os procedimentos estipulados naquele instrumento.

A Convenção da Haia é a norma-quadro de cooperação jurídica internacional que estabelece um mecanismo de obrigações recíprocas entre os Estados-Partes destinado a proteger os melhores interesses das crianças, buscando evitar que as dificuldades impostas pelas fronteiras estatais consolidem situações de transferência ou retenção ilícita por um de seus genitores. Elimina, portanto, a garantia de um refúgio além das fronteiras para pais que tenham subtraído seus filhos.

A Convenção parte do princípio de que o foro competente mais adequado para apreciação de questões sobre a guarda de crianças corresponde ao Juízo local do país/estado de sua residência habitual (**ao invés do país de nascimento, de cidadania dos genitores ou onde se encontra residindo no momento do acionamento dos mecanismos da Convenção**). Assim, na aplicação da Convenção, o juiz não levará em consideração a nacionalidade dos envolvidos.

2.2.1 Quem pode requerer restituição da criança: direito de guarda

Somente titulares do “**direito convencional de guarda**” (direitos relativos aos cuidados com a criança, e, em particular, o direito de decidir sobre o lugar da sua residência, segundo o artigo 5º da Convenção) poderão requerer a restituição da criança ao seu local de residência habitual. O titular poderá ser pessoa, organismo ou instituição, devendo provar que, de acordo com o Direito (legislação, acordo entre as partes ou decisão judicial) **do Estado de residência habitual** da criança, detinha (e exercia efetivamente) no momento da subtração os “cuidados com a pessoa da criança” ou o “direito de decidir sobre seu local de residência”. É comum que a lei do país/estado de residência habitual considere que ambos os genitores compartilham, em igualdade de condições, os “cuidados com a pessoa da criança” e “o direito de decidir sobre seu local de residência.

O efetivo exercício do direito de guarda pode ser comprovado mediante o envio da legislação nacional vigente sobre o tema, de uma decisão judicial ou administrativa nesse sentido ou de um acordo firmado entre os genitores.

O pedido de restituição é cabível quando houver a violação do direito de guarda. Esse direito pode advir de legislação, acordo entre as partes ou decisão judicial.

No caso de genitores que se encontravam separados no momento da subtração, é comum que a lei do país de

residência habitual determine que, ainda assim, ambos sigam compartilhando, em igualdade de condições, o “poder familiar” (ou “responsabilidade parental”, “autoridade parental”, denominação que dependerá de cada país) – apenas ocorrendo sua destituição por intermédio de decisão judicial (vide informação sobre a legislação e prática brasileira sobre guarda na seção 1).

Pergunta frequente

Eu detenho o poder de guarda e o outro genitor, só o direito de visitas. Posso decidir unilateralmente sobre o local de residência da criança? Não. Se ambos os genitores exercem o poder familiar, será preciso obter, do genitor que tenha apenas o direito de visitas, autorização para a mudança do local de residência da criança.

2.2.2 Como funciona a cooperação entre os países membros da Convenção

A Convenção estabelece que os pedidos de cooperação jurídica internacional sejam tramitados por intermédio de Autoridades Centrais indicadas por cada Estado-Parte. Cabe a cada Autoridade Central efetuar o trâmite de pedidos de auxílio. Esse mecanismo proporciona o estreitamento das relações entre os países e a simplificação das comunicações, acelerando a tramitação desses pedidos. As principais funções das Autoridades Centrais são:

- localizar uma criança transferida ou retida ilicitamente;

- evitar novos danos à criança, ou prejuízos às partes interessadas, tomando ou fazendo tomar medidas preventivas;
- assegurar a entrega voluntária da criança ou facilitar uma solução amigável entre os genitores;
- proceder, quando desejável, à troca de informações relativas à situação psico-social da criança;
- fornecer informações de caráter geral sobre a legislação de seu Estado relativa à aplicação da Convenção;
- dar início ou favorecer a abertura de processo judicial ou administrativo que vise ao retorno da criança ou, quando for o caso, que permita a definição ou o exercício efetivo do direito de visita;
- acordar ou facilitar, conforme as circunstâncias, a obtenção de assistência jurídica por advogado;
- assegurar no plano administrativo, quando necessário e oportuno, o retorno seguro da criança;
- manterem-se mutuamente informadas sobre o funcionamento da Convenção e, tanto quanto possível, eliminar os obstáculos à sua aplicação.

2.2.3 Casos de subtração que não ensejarão o retorno da criança: exceções previstas

Embora a Convenção presuma que o retorno da criança ilicitamente transferida ou retida em local diferente daquele de sua residência habitual seja a medida que melhor atende aos interesses das crianças, seus artigos 12, 13 e 20 preveem algumas exceções à sua aplicação. A análise dessas exceções se dá de forma restritiva, não

sendo possível uma interpretação ampla desse conceito. Cabe a quem se opõe ao retorno provar que uma das exceções se aplica ao caso concreto.

Artigo 12 - Quando uma criança tiver sido ilicitamente transferida ou retida nos termos do Artigo 3 e tenha decorrido um período de menos de 1 ano entre a data da transferência ou da retenção indevidas e a data do início do processo perante a autoridade judicial ou administrativa do Estado Contratante onde a criança se encontrar, a autoridade respectiva deverá ordenar o retorno imediato da criança. A autoridade judicial ou administrativa respectiva, mesmo após expirado o período de uma ano (...) deverá ordenar o retorno da criança, salvo quando for provado que a criança já se encontra integrada no seu novo meio.

O artigo 12 acima é dividido em duas partes. A primeira delas determina que sempre que o pedido de cooperação tenha sido recebido em até um ano da subtração da criança, o retorno deve ser determinado, **não sendo possível arguir sobre a adaptação da criança ao seu novo meio**. A segunda parte, entretanto, determina que se o pedido foi **recebido** depois de um ano da subtração, o retorno ainda assim será a regra, salvo se ficar provado que a criança se encontra adaptada ao seu novo meio. É importante observar que a Convenção é muito clara sobre quando se poderá analisar a adaptação da criança, que é quando houver demora injustificada para se formular o pedido de retorno perante as autoridades competentes. Do contrário, a criança deve ser retornada, salvo se outra exceção se aplicar ao caso.

Artigo 13– (...) a autoridade judicial ou administrativa do Estado requerido não é obrigada a ordenar o retorno da criança se a pessoa, instituição ou organismo que se oponha a seu retorno provar:

a) que a pessoa, instituição ou organismo que tinha a seu cuidado a pessoa da criança não exercia efetivamente o direito de guarda na época da transferência ou da retenção, ou que havia consentido ou concordado posteriormente com esta transferência ou retenção; ou

b) que existe um risco grave de a criança, no seu retorno, ficar sujeita a perigos de ordem física ou psíquica, ou, de qualquer outro modo, ficar numa situação intolerável.

A autoridade judicial ou administrativa pode também recusar-se a ordenar o retorno da criança se verificar que esta se opõe a ele e que a criança atingiu já idade e grau de maturidade tais que seja apropriado levar em consideração as suas opiniões sobre o assunto.

O artigo 13 está dividido em três partes. A primeira delas (item a) diz respeito ao efetivo direito de guarda. Conforme já explicado acima, o direito de guarda, para efeitos da Convenção da Haia, é aquele de poder decidir sobre o local de residência da criança, unilateral ou conjuntamente. Portanto, se a pessoa que se opõe ao retorno (o genitor subtrator) provar que o requerente (genitor abandonado) não detinha o direito de guarda nos termos da Convenção ou que não o exercia efetivamente, o juiz poderá negar o retorno. Esse artigo, ainda no item a, também estabelece que o retorno não será a regra se o requerente consentiu com a mudança da residência (prévia ou posteriormente). Também recairá sobre a pessoa que

estiver com a criança o ônus de provar esse consentimento.

Já o item b do artigo 13 trata de qualquer grave risco de ordem física ou psíquica a que estará submetida a criança caso seja retornada. A definição do que seria um “risco grave”, como já explicado, é sempre restritiva, sendo que apenas situações extremas, fora da normalidade, podem ser enquadradas como “risco grave”. É importante ressaltar que as consequências naturais da restituição (como o afastamento entre a criança e o genitor subtrator e a necessária readaptação ao ambiente de origem, por exemplo) não são interpretadas como risco grave.

Obs: O Governo brasileiro entende que a incidência de violência doméstica contra a mulher perpetrada por quem requer o retorno da criança deve ser considerada na avaliação do risco grave. Entretanto, a aplicação desse dispositivo nos casos envolvendo a violência doméstica deve ser devidamente comprovada pela pessoa que se opõe ao retorno (genitor abandonado). Para tanto, nesses casos, o Brasil encoraja seus nacionais em situação de vulnerabilidade que busquem documentar de forma mais completa possível as agressões sofridas, para que esse contexto possa ser considerado em juízo. O objetivo nestes casos é reunir o maior número de provas do ambiente violento (seja pela violência física ou psicológica). Essas provas, para efeitos da Convenção, devem ser colhidas sempre no país de residência habitual da criança. O mais indicado nesses casos é buscar ajuda das autoridades locais e dos consulados brasileiros na jurisdição.

Artigo 20 - O retorno da criança (...) poderá ser recusado quando não for compatível com os princípios fundamentais do Estado requerido com relação à proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

O artigo 20 também é de aplicação restritiva. Na verdade a doutrina atual defende que o juiz poderá negar o retorno, com base nesse artigo, apenas quando ocorrerem situações excepcionais em que exista incompatibilidade quanto à proteção dos direitos humanos. São contextos em que o país de residência habitual permite a mutilação feminina ou o casamento servil, por exemplo, e quando o país onde a criança se encontra retida rejeita essas práticas.

Além disso, conforme estabelece o artigo 4º da Convenção, o tratado deixa de ser aplicado quando a criança atinge a idade de 16 anos. A tramitação dos pedidos em andamento é imediatamente extinta quando a criança atinge essa idade.

2.2.4 Procedimentos conforme o fluxo da subtração

Mesmo entre países membros da Convenção, os procedimentos podem variar, em razão das diferenças nas legislações e procedimentos de cada um. Para fins de orientação a nacionais brasileiros, é necessário diferenciar os procedimentos referentes à subtração conforme ocorram: (i) do Brasil para o exterior, (ii) do exterior para o Brasil e (iii) do exterior para outro país no exterior. Os casos envolvendo crianças brasileiras terão

encaminhamentos diversos se a subtração ocorrer em cada um desses fluxos, conforme as definições que seguem.

* **Pedido ativo:** quando se solicita o retorno do menor

* **Pedido passivo:** quando se recebe o pedido de retorno do menor

(i) Subtração do Brasil (país de residência habitual) para outro país membro da Convenção

Há, no Brasil, rigoroso controle da saída de crianças nos portos e aeroportos internacionais, cabendo à Polícia Federal fiscalizar as autorizações necessárias para permitir a saída. Entretanto, ainda são recorrentes casos em que as crianças deixam o Brasil devidamente autorizadas, mas não retornam ao final do período estipulado.

Retorno da criança ao Brasil (pedido de cooperação ativo): procedimentos para pedido de restituição pelo genitor abandonado

O genitor abandonado (no Brasil) deverá levar o caso à Autoridade Central Administrativa Federal brasileira (ACAF)⁴, que verificará se o pedido cumpre os requisitos estipulados na Convenção. A documentação necessária para dar início ao pedido de cooperação jurídica varia de acordo com o caso concreto, costumando incluir:

⁴ A Autoridade Central brasileira para a Convenção da Haia é o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, ente integrante da estrutura do Poder Executivo Federal (Decreto nº 3.951, de 4 de outubro de 2001).

- Formulário de requerimento padrão (fornecido pela ACAF e disponível na página da Internet);
- Informações sobre o local onde a criança residia no país de origem (residência habitual);
- Endereço onde a criança possivelmente será localizada no exterior (incluindo o máximo de informações disponíveis necessárias à localização);
- Documentos que comprovem efetivo exercício do direito de guarda pelo genitor abandonado;
- Cópia de qualquer decisão judicial ou acordo que dê origem ao direito de guarda;
- Documentos que confirmem a transferência ou retenção ilícita da criança (autorização de viagem apenas para passeio, passagens aéreas de ida e volta para o país de origem, entre outros);

Importante: todos os documentos devem ser traduzidos para o idioma do país para onde a criança foi subtraída. A tradução deve ser realizada por profissional capacitado, mas não é necessária a tradução juramentada. Os custos de tradução deverão ser cobertos pelo requerente (genitor abandonado) que, em caso de dúvidas, deverá entrar em contato com a ACAF.

Após examinar a documentação, e em entendendo que o pedido cumpre os requisitos, a ACAF encaminhará o pedido de restituição da criança à Autoridade Central do país em que esta se encontrar retida ilicitamente. A localização da criança no exterior será realizada pela Interpol.

Assim que a criança for localizada, a Autoridade Central estrangeira buscará solucionar a questão de forma amigável. De modo geral, esta costuma ser a solução menos traumática para as crianças, recorrendo-se à negociação ou mediação entre as partes ao invés da via judicial, sempre litigiosa.

Havendo resistência à restituição amigável da criança, a Autoridade Central estrangeira tomará as medidas administrativas ou judiciais visando ao retorno. Cabe ressaltar que cada país tem sua forma específica de prestar cooperação com base na Convenção da Haia. Por exemplo, alguns países fizeram reserva ao artigo do tratado que prevê a gratuidade da assistência jurídica, o que significa que algumas despesas devem ser cobertas pelo genitor abandonado (taxas, custas e honorários, por exemplo). Nos demais casos, o país que não fez reserva a esse dispositivo, prestará assistência jurídica para que o pedido seja protocolado perante o Poder Judiciário estrangeiro.

O tempo de tramitação dos pedidos varia de país a país. Embora haja instrumentos de pressão sobre outros países membros da Convenção (art. 11, por exemplo), não há como garantir os prazos em que a criança será devolvida. Quanto mais o caso demorar a ser concluído, menores serão as chances de restituição da criança. A ACAF acompanha todo o ciclo da cooperação jurídica. Entretanto, após encerrada a cooperação, por qualquer motivo, a autoridade central deixa de realizar o acompanhamento, passando a responsabilidade para a esfera privada das partes.

A Autoridade Central de Cooperação Jurídica Internacional no URUGUAI para a Convenção da Haia está subordinada ao Ministério da Educação e da Cultura (MEC).

Os formulários de requerimento padrão, tanto de solicitação de restituição de menores quanto de regime de visitas, são fornecidos pela Autoridade Central e estão disponíveis na página da Internet (<http://www.mec.gub.uy>). Caso o genitor abandonado não tenha advogado particular, poderá solicitar assessoramento gratuito na própria Autoridade Central, que se encontra instalada na Rua Reconquista n° 535, Montevideu, Uruguai, tel. +598 2915 0103/2915 0203. Atenção telefônica das 9 às 18 hs, email: centrodeinformacion@mec.gub.uy

- Consequências para o genitor subtrator (nesse caso, geralmente estrangeiro)

Caso o genitor abandonado dê entrada em pedido de cooperação internacional junto à ACAF, conforme indicado acima, o genitor subtrator será réu em ação judicial de restituição da criança ao Brasil. Se o processo junto à Justiça do país onde se refugiou com a criança lhe for desfavorável, será determinada a devolução da criança ao Brasil.

O Brasil não criminaliza a subtração internacional de crianças realizada por quem detém poder parental sobre a criança. Entretanto, se o subtrator for terceiro poderá incorrer nos crimes previstos nos artigos 237 e 239 do

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e no artigo 249 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Em geral, as despesas do retorno da criança devem ser cobertas por quem cometeu a subtração. Entretanto, como é de interesse do genitor abandonado, este poderá optar por arcar com as despesas para garantir o pronto retorno da criança ao seu país de residência habitual.

- Possibilidades de apoio governamental (no Brasil e no exterior) ao genitor abandonado no Brasil

Tanto a ACAF quanto a Defensoria Pública da União podem prestar orientações iniciais quanto aos pedidos. Quando se deslocar ao exterior, o genitor abandonado poderá contar ainda com a rede consular brasileira, que prestará informações e apoio no âmbito da sua competência, incluindo esforços para realização de visita consular à criança.

Nesses casos, quando o genitor subtrator (no exterior) for nacional brasileiro, o Governo brasileiro não prevê assistência jurídica. Serão aplicáveis eventuais serviços de assistência jurídica no país para onde o menor tenha sido subtraído. A Defensoria Pública da União e outros órgãos brasileiros não terão atuação nesses casos.

(ii) Subtração de país membro da Convenção para o Brasil

- Procedimentos para o genitor abandonado para pedido de restituição da criança para o exterior (pedido de cooperação passivo para o Governo brasileiro)

O genitor abandonado deverá procurar a autoridade central do país de residência habitual da criança para protocolar o pedido de cooperação jurídica. A documentação necessária é, em princípio, a mesma listada no item “ii” acima, podendo haver, contudo, exigências adicionais em alguns países.

Se o pedido cumprir os requisitos estipulados pela Convenção, a autoridade central estrangeira acionará a ACAF brasileira, que analisará o pedido e, caso julgue procedente, assegurará as medidas administrativas e judiciais para o retorno da criança.

Após o recebimento do pedido de cooperação jurídica internacional pelo Estado brasileiro, estando presentes os requisitos administrativos para admissão do requerimento, a ACAF brasileira buscará solucionar a questão de forma amigável, com o envio de notificação administrativa à pessoa que mantém a criança retida no Brasil.

Havendo impossibilidade de solução amistosa, a ACAF encaminhará o caso à Advocacia-Geral da União para análise e eventual promoção de ação judicial cabível

para retorno da criança ao exterior. O Ministério da Justiça não terá atuação no caso.

Ressalte-se que, em casos de subtração internacional de crianças, não é competência da justiça comum brasileira adentrar as discussões sobre o direito de guarda. Essa matéria é de conhecimento exclusivo do Poder Judiciário do lugar de residência habitual da criança. O Poder Judiciário brasileiro só terá competência para decidir com quem deve ficar a criança, na Justiça Estadual, se a Justiça Federal decidir pela não aplicação da Convenção ao caso.

O texto da Convenção da Haia (art. 16) deixa claro que questões relacionadas ao direito de guarda de crianças transferidas ou retidas ilicitamente em outros países somente podem ser decididas pela Justiça do Estado em cujo território a criança possua residência habitual. O objetivo dessa proibição é impedir que o genitor que transferiu ilicitamente a criança se beneficie da jurisdição que lhe é mais favorável, impondo ao outro genitor as dificuldades que um simples cruzar de fronteiras pode gerar para adequada defesa do poder familiar.

A Justiça Federal brasileira, diante de pedido de cooperação jurídica internacional fundamentado na Convenção da Haia, deverá, primeiramente, verificar se estão presentes os requisitos para aplicação do tratado. Analisará a presença ou não de ilicitude na transferência ou retenção, pela verificação de quem é o detentor do direito de guarda para os fins da Convenção e se a permanência da criança no Brasil foi ou não autorizada.

Configurada a transferência e/ou retenção ilícita da criança, bem como a titularidade do direito de guarda para os fins da Convenção ao pai ou à mãe que efetuou pedido no exterior, deverá ser determinado o retorno da criança. Como já colocado anteriormente, ainda que a Convenção seja aplicável, é possível que uma das exceções se justifique, obstando o retorno.

- Consequências para o genitor subtrator (nesse caso, geralmente brasileiro)

Caso perca a ação de retorno, o genitor subtrator será obrigado pela Justiça brasileira (com uso da força, se necessário) a restituir a criança ao país de residência habitual. Não será alvo de processo criminal no Brasil, mas poderá, na hipótese de retornar ao território de onde subtraiu a criança, ser preso e processado naquele país, caso a legislação local criminalize a subtração. Além disso, o país de residência habitual da criança poderá negar futuros ingressos do subtrator em seu território. Nesses casos, haverá risco de perda total do convívio com a criança, ao menos até que atinja a maioridade

Diversos países criminalizam a subtração internacional de crianças, mas a Conferência de Haia de Direito Internacional Privado e as autoridades centrais têm orientado os genitores abandonados a não se valer dessa medida. De qualquer forma, cabe exclusivamente ao Estado estrangeiro definir sobre a persecução e responsabilização dos genitores subtratores e sobre os procedimentos migratórios que lhe serão aplicáveis, procedimentos nos quais o Governo brasileiro não pode

interferir. Os genitores deverão informar-se se a subtração internacional de crianças é crime no seu país de residência.

A subtração de menores é crime no URUGUAI. A pena máxima prevista pelo Código Penal uruguaio é de vinte e quatro meses de prisão. Uma das atenuantes especiais refere-se ao caso de o subtrator ser o genitor que não possua a guarda do menor (arts. 283 e 284 do Código Penal uruguaio).

Perguntas Frequentes

O pai do meu filho não paga pensão alimentícia e não visita a criança há muito tempo. Posso decidir unilateralmente mudar o local de residência da criança? Recomenda-se solicitar autorização a juiz competente do local de residência habitual.

Se eu for para o Brasil com meus filhos sem a autorização, a polícia irá atrás de mim? Em geral não, uma vez que a subtração não é crime no Brasil. Entretanto, se a localização da criança for desconhecida, a Autoridade Central brasileira poderá solicitar o apoio da Polícia Federal (que exerce a função de Interpol no Brasil) para realizar diligências para localização da criança.

- Possibilidades de apoio governamental (no Brasil e no exterior) ao genitor brasileiro (no caso, genitor subtrator)

No Brasil a pessoa que está com a criança e seja réu em pedido de retorno poderá solicitar apoio da Defensoria Pública da União (DPU) ou contratar advogado particular. A DPU tem prestado assistência jurídica gratuita de

excelência. Para obter auxílio da DPU a pessoa deve buscar uma unidade na cidade em que se encontrar ou pelo site da Defensoria (www.dpu.gov.br). Além disso, nos casos envolvendo violência doméstica contra a mulher, a genitora subtratora poderá ainda contar com apoio da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (vide seção 3).

(iii) Subtração de um terceiro país para outro país no exterior (ambos membros da Convenção)

O genitor abandonado terá de dar entrada no processo junto à Autoridade Central do país de residência habitual da criança. Caberá a esse órgão acionar seu congênere no país para onde a criança foi subtraída. As autoridades brasileiras não terão papel direto a desempenhar no pedido de restituição. Os postos consulares estarão, contudo, disponíveis para prestar a orientação e o apoio possíveis.

2.3 Subtração envolvendo um país não-membro da Convenção da Haia (de um país membro para um não membro ou vice versa ou entre dois países não-membros)

A Convenção não se aplica, naturalmente, em nenhum desses casos. Dessa forma, as Autoridades Centrais (no caso brasileiro, a ACAF) não terão atuação. Tampouco se aplicarão os conceitos da Convenção da Haia, tais como o critério de país de residência habitual da criança.

- Perspectivas de restituição da criança ao genitor abandonado

Se a subtração tiver ocorrido a partir do Brasil, o genitor abandonado poderá procurar o Judiciário brasileiro ou do país para onde a criança foi levada. Se optar por iniciar o caso recorrendo ao Judiciário brasileiro, e na eventualidade de receber ganho de causa, as autoridades brasileiras competentes (a serem indicadas pelo Juiz) enviarão carta rogatória para o juiz estrangeiro responsável solicitando o reconhecimento da sentença brasileira. Para ingresso dessa ação, o genitor abandonado poderá contar com a assistência jurídica da Defensoria Pública da União. Será incerto e possivelmente demorado, contudo, o cumprimento da sentença pelo Juiz estrangeiro, podendo o caso arrastar-se durante anos, no meio tempo chegando a criança à maioridade.

Se o genitor optar por dirigir-se diretamente ao Judiciário do país para onde a criança foi levada, o Juiz responsável daquele país avaliará o caso de acordo com as leis locais. O prazo da ação será provavelmente o prazo padrão da tramitação de casos pelo Judiciário daquele país. Nesse caso, as autoridades brasileiras não terão papel a desempenhar (à exceção do apoio e orientações consulares possíveis).

Se a subtração tiver ocorrido a partir de país não-membro para o Brasil, o genitor abandonado poderá procurar o Judiciário brasileiro por meio de advogado particular ou solicitar auxílio da Defensoria Pública da União. O juiz brasileiro avaliará o caso de acordo com leis

brasileiras. O prazo da ação será provavelmente o prazo padrão da tramitação de casos pelo Judiciário brasileiro. O genitor abandonado poderá buscar o Judiciário local e se valer dos mecanismos de cooperação internacional.

- Consequências para o genitor subtrator

O genitor subtrator estará sujeito à Justiça local do país para onde subtraiu a criança. Na eventualidade de o juiz local dar ganho de causa ao genitor abandonado ou reconhecer diretamente a sentença judicial brasileira favorável, o subtrator terá de restituir a criança e perderá a guarda.

2.4 Direito de Visitas à luz da Convenção

A Convenção, já em seu preâmbulo, também assegura a proteção ao direito de visita, consignando em seu artigo 1º o objetivo de fazê-lo respeitar de maneira efetiva. Esse direito é autônomo e independe de prévia subtração internacional. Ele está regulamentado no artigo 21 da Convenção e pode ser objeto de pedido de cooperação jurídica internacional.

O artigo 5º, alínea “b”, conceitua o instituto, aduzindo que o direito de visita compreenderá o direito de levar uma criança, por um período limitado de tempo, para um lugar diferente daquele onde ela habitualmente reside.

Nesse contexto, se insere a possibilidade da criança ser autorizada a visitar o país do genitor que não detenha a sua

guarda física, sendo esta, não raro, a única forma de manter os vínculos afetivos e sociais com todos os membros da família que ficou naquele país.

Não se pode perder de vista que o direito de visita é principalmente da criança. É ela que tem o direito de conviver com ambos os genitores, este é o seu verdadeiro interesse superior. O procedimento para assegurar o direito de acesso à criança é disciplinado no artigo 21, donde se extrai que o pedido que tenha por objetivo a organização ou a proteção do efetivo exercício do direito de visita poderá ser dirigido à Autoridade Central de um Estado Contratante nas mesmas condições do pedido que vise o retorno da criança. Saliente-se que cabe às Autoridades Centrais a promoção do exercício pacífico do direito de visita, removendo, tanto quanto possível, todos os obstáculos ao exercício desse mesmo direito.

Vale destacar que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) estipula, em seu artigo 9(3), que os Estados Partes respeitarão o direito da criança que esteja separada de um ou de ambos os pais de manter regularmente relações pessoais e contato direto com ambos, a menos que isso seja contrário ao interesse maior da criança. Depreende-se, pois, que a Convenção da Haia de 1980 e a Convenção das Nações Unidas de 1989 asseguram indubitavelmente a qualquer dos genitores o direito de visitas, sendo um compromisso assumido pelo Estado brasileiro, ao ratificar referidos tratados, o de assegurar o contato regular de qualquer criança com ambos os genitores.

Perguntas frequentes

Quero levar meu filho, que reside no exterior, para conhecer a família no Brasil, mas o outro genitor se opõe. Como devo proceder? Sugere-se que você compareça a um posto consular brasileiro ou a um notário, para assinar declaração de que a residência habitual da criança é o país onde ele mora. Ao apresentar depois essa declaração ao genitor – ou ao juiz -, haverá maiores possibilidades de que, com essa garantia, ele dê a autorização.

Vivo no Brasil e meu filho, no exterior. O outro genitor não me permite exercer meu direito de visita. O que é possível fazer? Deve-se ingressar com pedido de cooperação jurídica junto ao país de residência, com base no artigo 21 da Convenção da Haia. Esse procedimento independe de ter ocorrido subtração prévia do menor.



Seção 3 - Violência de gênero

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), ratificada no Brasil em 1995, define a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada:

a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;

b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e

c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

A violência é um fenômeno complexo, controverso e de difícil mensuração, tendo em vista que o reconhecimento de sua ocorrência envolve análises de valores e práticas culturais, como também em seus componentes causais sócio-históricos, econômicos e subjetivos.

Entre os diversos tipos de violência, deve-se destacar a violência doméstica e familiar fazendo alusão à violência ocorrida não somente no âmbito doméstico, mas também de acordo com as relações entre agressor(a) e vítima, podendo ser referente ao parentesco ou à relação de afeto. Desse modo, a OMS reforça que a violência doméstica praticada por parceiro íntimo ou ex-parceiro configura-se como tipo mais comum e universal de formas de violência sofridas por mulheres.

É importante notar que a violência doméstica e familiar contra a mulher envolve uma série de atos que muitas vezes se repetem e costumam se agravar, em frequência e intensidade, ao longo do tempo e envolvem formas de coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, ameaças e agressões físicas e sexuais variadas. Além do medo permanente, esse tipo de violência pode resultar em danos físicos e psicológicos duradouros.

São vários os obstáculos enfrentados pela mulher em situação de violência. Uma delas é a negação social, que ocorre quando elas se defrontam com pessoas despreparadas e desinformadas sobre o problema que elas estão vivendo, especialmente a rede de profissionais que deveria apoiá-la, como médicos, psicólogos, policiais, advogados, servidores públicos que, por vezes, tratam-nas com indiferença, desconfiança ou desprezo, contribuindo para aumentar a violência. Quando isso acontece, as vítimas perdem a esperança de encontrar apoio externo.

Um fator agravante é a distância de seu país de origem e a falta de conhecimento dos serviços disponíveis no país de destino. Por isso, é importante que os postos consulares tenham muita sensibilidade ao receber uma mulher nesta situação e saiba orientá-la sobre as medidas necessárias e os riscos envolvidos em deixar o país.

Antecedentes, legislação especializada de enfrentamento à violência de gênero e práticas no URUGUAI

Os antecedentes da defesa de gênero no Uruguai remontam ao processo de redemocratização (1985), com a criação em 1987 do Instituto Nacional de la Mujer. Este foi sucedido em 1992 pelo Instituto Nacional de la Familia y la Mujer, e, finalmente, pelo atual Instituto Nacional de las Mujeres, estabelecido e incorporado à estrutural organizacional do MIDES em 2005.

Apesar de certas resistências culturais ainda existentes, o INMUJERES vem logrando, com apoio conceitual e organizacional dos governos recentes, uma lenta transformação de paradigmas, em benefício da igualdade, da promoção e proteção de direitos fundamentais de gênero. Pode ser considerado hoje uma referência nacional para as representações estrangeiras, sobretudo as autoridades consulares. Em estreita coordenação com a Comissão de Gênero da Chancelaria uruguaia e outros Ministérios das áreas política e social, o INMUJERES participa de uma série de iniciativas e ações internacionais sobre gênero, algumas já consagradas e outras mais recentes. Beneficia-se das experiências acumuladas em

diferentes foros mundiais e regionais de cooperação sobre a matéria.

A Rede Uruguaia contra a Violência Doméstica e Sexual (RUCVDS) foi fundada em 1992 por organizações especializadas da sociedade civil, sob uma perspectiva de gênero que visa ao desenvolvimento de ações de sensibilização do governo e da sociedade em relação à matéria. A RUCVDS foi criada com o objetivo de articular as diferentes organizações da sociedade civil afetas ao tema da violência doméstica. Atualmente, a RUCVD atua sob o influxo de políticas públicas e luta por transformações sociais.

Ainda em 2003, a RUCVDS atuou como corredora do Primeiro Plano Nacional de Luta contra a Violência Doméstica, previsto na lei 17.514./2002 referente a Violência Doméstica.

O primeiro Plano Nacional de Luta contra a Violência Doméstica (2004-2010), presidido pelo INMUJERES, teve como objetivo articular políticas públicas específicas para a erradicação da violência doméstica em âmbito nacional, liderando de forma pioneira os processos que garantem prevenção, promoção e proteção de direitos. Devido ao caráter multicausal da violência doméstica, o Plano previu uma abordagem integral para sua prevenção e erradicação, mediante:

- atividades de promoção de direitos e ações de prevenção;
- formação e capacitação permanente de recursos humanos;
- articulação de ações e trabalhos em rede;
- construção de um sistema de informação com acompanhamento e avaliação contínua;

- intervenção mediadora durante as crises familiares, atendimento, tratamento e reabilitação das pessoas envolvidas.

Ainda vigente, o RUCVDS atua em outros espaços, em articulação com organismos governamentais, tais como:

- Mesa Interinstitucional sobre Tráfico de Mulheres com Fins de Exploração Sexual e Comercial;
- Comissão ad-hoc de Gênero do Ministério de Relações Exteriores;
- Observatório de Violência e Saúde do Ministério da Saúde Pública.

O INMUJERES, que depende do Ministério de Desenvolvimento Social (MIDES), constitui o organismo orientador das políticas de gênero, responsável pela promoção, coordenação, articulação e execução das políticas públicas sobre a matéria, bem como pelo acompanhamento e avaliação dessas iniciativas.

A Lei 16.707, de Segurança Cidadã, promulgada em 12.07.1995 e publicada no Diário Oficial em 19.07.1995, modifica o Código Penal uruguaio (art. 321 bis) e tipifica a violência doméstica como delito, possibilitando que os agressores tenham sua prisão decretada.

Sancionada em 18.06.2002, a Lei 17.514, em vigor desde 09.07.2002, visa à prevenção e erradicação da violência doméstica. Além das medidas de proteção estabelecidas no art. 316 do Código Geral do Processo, essa Lei prevê medidas cautelares como a remoção do agressor do domicílio e a proibição de aproximação da pessoa agredida, assim como a fixação de pensão provisória em favor da vítima e o estabelecimento de regime provisório de guarda e visitação dos filhos

menores, com a possibilidade de nova denúncia caso o agressor desrespeite as medidas de proteção.

A Lei 17.707/2003 faculta à Suprema Corte da Justiça transformar Juizados de Família em Juizados Especializados em Violência Doméstica.

A Lei 17.815/2004, sobre Violência Sexual, comercial ou não, trata da proteção de crianças, adolescentes ou incapazes.

A Lei 18.214/2007, de Integridade Pessoal de Crianças e Adolescentes, modificou o Código da Infância e Adolescência e proibiu pais, tutores ou educadores de aplicar castigo físico, tratamento cruel ou humilhante contra crianças e adolescentes.

A Lei 18.850, promulgada em dezembro de 2011, instituiu o pagamento de pensão especial aos filhos de pessoas vítimas de violência doméstica.

Os Decretos 494/2006 e 292/2009, no âmbito do Ministério da Saúde Pública, regulamentam a mais ampla participação de todos os serviços de saúde do país, diante de situações de violência doméstica contra a mulher, obrigando as instituições a intervir de acordo com protocolos específicos e criados para tal fim.

Há quatro principais setores dedicados ao atendimento especializado à mulher em situação de violência. São eles:

a) na área da Segurança Pública: por meio de Unidades Especializadas em Violência Doméstica (UEVD), distribuídas em todo o território uruguaio, linha telefônica de emergência (911) e da Divisão de Políticas de Gênero do Ministério do Interior, que coordena e articula os critérios e protocolos de ação das instâncias policiais;

b) área da Justiça: por meio de seis Juizados Especializados em Violência Doméstica, todos localizados em Montevideu, e da Defensoria Pública de Família especializada em violência doméstica e com escopo nacional;

c) área da Saúde: por meio do Programa de Saúde da Mulher e Gênero, elaborado pelo Ministério da Saúde Pública, que prevê protocolos a serem seguidos: primeiro, por equipes de referência especializadas em Violência Doméstica (VD), a fim de assegurar assistência médica e psicossocial imediata à vítimas, com atuação obrigatória em cada centro de saúde público ou privado do país; segundo, por meio de mecanismos que permitem a denúncia dos agressores a partir do próprio estabelecimento hospitalar a que recorre a vítima;

d) área da Assistência Social: por meio de cinco Casas-Abrigo patrocinadas pelo INAU, especializadas em violência doméstica; de um abrigo chamado Casa de Breve Estadia, patrocinado pelo MIDES em Montevideu, onde as mulheres vítimas de violência doméstica, com ou sem filhos, que correm risco de vida, podem se alojar por um prazo não superior a trinta dias; de alguns centros de atendimento multidisciplinares em cidades do interior do país, patrocinados pelo INMUJERES, que prestam atendimento psicossocial, assessoria e patrocínio jurídicos, com o apoio das prefeituras locais que disponibilizam local e a infraestrutura para seu funcionamento; de onze Comunas Mujer, que são serviços descentralizados com escopo multidisciplinar, pertencentes à Prefeitura

Municipal de Montevidéu, contando com locais de fácil acesso nos diferentes bairros e comunidades da cidade; da Secretaria da Mulher, também subordinada à Prefeitura Municipal de Montevidéu, que recebe denúncias sobre violência doméstica, de gênero e exploração sexual, de forma anônima; e de organizações não governamentais, em torno de vinte, apoiadas por instituições feministas, pela Igreja Católica e por agências nacionais e internacionais (vide planilha anexa).

Há Defensoria Pública gratuita no URUGUAI. Segundo o art. 20 da Lei 17.514, sobre Violência Doméstica, a Suprema Corte de Justiça do Uruguai deverá garantir assistência jurídica integral e gratuita. Em Montevidéu existe a Defensoria Especializada em Violência Doméstica. Porém, no interior do país, por não se encontrarem juizados especializados na matéria, são aplicadas as normas definidas pelos juizados ordinários de família. Dessa forma, se as vítimas forem proprietárias de bens imóveis ou tiverem uma renda superior ao limite estabelecido para o acesso à justiça gratuita, não terá acesso ao serviço, diferentemente do que ocorre na capital. Há, no entanto, possibilidade de solicitar patrocínio jurídico oferecido pelo INMUJERES-MIDES. É importante que a vítima decidida a fazer uma denúncia policial procure antes o assessoramento e apoio dos serviços especializados em violência doméstica, oferecidos pelo Estado e pelas organizações civis, a fim de receber apoio multidisciplinar (jurídico, psicológico, social, etc).

O Juizado Especializado em Violência Doméstica e de Menores (Rua Rondeau n° 1726, Montevidéu, telefones: 29241937 – 2924 8782) tem competência para tratar

assuntos que requeiram intervenção imediata (art. 66 da Lei 17.823 do Código da Criança e Adolescência), em função da existência de risco de lesão do direito da criança ou adolescente. Também intervém em todos os assuntos tramitados no marco da Lei 17.514, relativa à prevenção, detecção precoce, atenção e erradicação da violência doméstica.

Embora ainda não exista promotoria especializada no tema, há uma Delegacia da Mulher e da Família, que se encontra na Rua San José nº 1126, Montevidéo, telefones: 2908 5580 - 2901 4144. No interior do país também existem as Unidades Especializadas em Violência Doméstica (UEVD).

Para situações de violência doméstica existe a possibilidade de recurso ao Sistema Nacional de Orientação e Apoio, dirigido a mulheres em situação de violência doméstica (Prefeitura de Montevidéo). Telefones: fixo 0800 4141 e celular *4141 (empresas Movistar e Antel). Horário de atendimento: de segunda a sexta, das 8:00 às 24:00 hs. Sábados e domingos, das 8:00 às 20:00 hs.

O MIDES-INMUJERES também tem um serviço de atenção telefônica gratuita: 08007272. Existe o serviço de atendimento gratuito chamado Linha Azul (0800 5050) oferecido pelo INAU em casos de violência contra crianças e adolescentes. As autoridades policiais também disponibilizam contato direto, caso se requeira sua presença imediata. O acesso se dá pelo número 911, para Montevidéo e área metropolitana. No interior do país, se acessa pelo número 4+código departamental+911.

Legislação referente à prevenção, proteção e enfrentamento à violência contra as mulheres no URUGUAI:

Lei sobre Violência Doméstica, de n° 17.514, de 18/06/2002.

<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=17514&Anchor=>

Lei que prevê o pagamento de pensão especial aos filhos de pessoas vítimas de violência doméstica, de n° 18.850 de 16/12/2011.

<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18850&Anchor=>

Decreto 494/2006, do Ministério de Saúde Pública.

<http://www.impo.com.uy/bases/decretos/494-2006>

Decreto 292/2009, do Ministério de Saúde Pública.

<http://www.impo.com.uy/bases/decretos/292-2009>

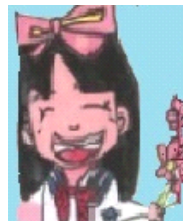
Perguntas frequentes

O que a mulher brasileira deve fazer se sofrer violência doméstica por parte de seu companheiro/marido estrangeiro? A mulher deve buscar todas as possibilidades de apoio das áreas de assistência social, de assistência psicológica disponíveis na cidade onde reside e buscar informações para viabilizar o registro de ocorrência policial na junto à autoridade policial, e com isso obter ajuda/orientação nos órgãos de assistência à mulher, assistência social ou serviços de saúde existentes na localidade. Os casos de separação necessitarão ser decididos na justiça local que será a jurisdição competente para o ingresso do processo de divórcio e para a definição da guarda do(s) filho(s). Caso queira voltar para o Brasil

com a criança, independente da situação de violência, faz-se necessária a obtenção da guarda judicial, bem como da autorização do(s) pai(s) da criança para sair do País onde reside. Nestes casos, bem como nos casos em que não haja condições de arcar com custas processuais, o Consulado brasileiro pode ser procurado a fim de dar suporte e informações e orientar sobre os procedimentos para se recorrer à Justiça brasileira por meio da Defensoria Pública da União (www.dpu.gov.br – tel: 55 61 3319 4380), de advogado ou de procurador. Caso todas essas instituições tenham sido procuradas e não tenha conseguido a guarda e/ou a autorização para voltar para o Brasil com a criança, deve-se alertar que a viagem ao Brasil com a criança poderá incidir em problemas judiciais referentes às legislações em cada país, e, especialmente, a Convenção de Haia.

O que a mulher brasileira que foi vítima de violência doméstica no exterior e voltou para o Brasil com a(s) criança(s) sem a autorização do marido/companheiro deve fazer? Tendo em vista que o Brasil assinou a Convenção de Haia, nos casos de viagem de criança sem autorização de ambos os genitores pode acarretar em denúncia à Autoridade Central do país onde residia a criança. Isso significa dizer que, o pai poderá denunciar à Autoridade Central o sequestro internacional, deste modo a Autoridade Central no Brasil será comunicada e irá acionar a Interpol para encontrá-la juntamente com a(s) criança(s). Assim, é necessário que a mulher tenha provas contundentes de que sofreu violência no exterior por parte de seu marido/companheiro. As provas podem ser: registro

de ocorrência policial, decisões judiciais de medidas protetivas, atendimento em serviços ou casas-abrigo, acompanhamento psicossocial, testemunhas-chave, fotos, documentos, gravações, etc. Se a mulher tiver condições de fazer esta comprovação, pode ser acompanhada por advogado particular ou pela Defensoria Pública da União para tentar evitar que a(s) criança(s) seja(m) devolvida(s) ao pai. Além disso, a mulher pode entrar em contato com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, por meio de sua ouvidoria.



Seção 4 – Endereços úteis

Autoridade Central Administrativa Federal –
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos
Direitos Humanos

www.direitoshumanos.gov.br
autoridadecentral@sdh.gov.br
tel (+55 61) 2027-3755

Secretaria de Políticas para as Mulheres – Ministério
das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos
Humanos

www.spm.gov.br
ouvidoria@spm.gov.br
tel (+55 61) 3313-7100/01

Defensoria Pública da União

www.dpu.gov.br
sic.haia@dpu.gov.br
tel (+55 61) 3319-4380

Divisão de Assistência Consular – Ministério das
Relações Exteriores

www.portalconsular.mre.gov.br
dac@itamaraty.gov.br
tel (+55 61) 2030 8817/18